

Auditoria à execução do protocolo celebrado entre a ETF e o IFRRU 2020

SÍNTESE DE RESULTADOS

A auditoria foi realizada com a finalidade de apreciar a regularidade dos fluxos financeiros associados ao protocolo celebrado entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, atualmente Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), e a Estrutura de Gestão (EG) do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), bem como o grau de utilização do financiamento público em causa, até final de 2023. De acordo com o exame efetuado e o exercício do procedimento de contraditório, as principais conclusões e recomendações foram as seguintes:

1. Principais conclusões

Utilização das verbas do protocolo com a ETF, para financiamento dos BF, em 67% da respetiva dotação 1.1. Até 31/12/2023, data do termo da vigência do IFRRU 2020, instrumento financeiro criado para a reabilitação e revitalização urbanas com financiamento público e privado, no âmbito do protocolo celebrado com a ETF, da dotação de 596,6 milhões de euros (M€), foram transferidos fundos públicos de 482,1 M€ para as entidades gestoras financeiras (EGF). Na mesma data, as verbas utilizadas pelas EGF para financiamento dos beneficiários finais (BF) ascendiam a 401,6 M€, o que corresponde a uma execução de 67% da referida dotação.

Insuficiente avaliação das necessidades dos BF, previamente à transferência de fundos para as EGF 1.2. A diferença de 80,5 M€, entre os valores recebidos pelas EGF e os entregues aos BF, indicia uma avaliação prévia insuficiente, pela EG do IFRRU 2020, das necessidades de transferências para as EGF, face aos compromissos de desembolsos destas para com os BF.

Inexistem mecanismos de análise para apurar, em cada momento, a dívida de cada BF e eventuais riscos de incobrabilidade 1.3. Embora a EG detenha informação, disponibilizada pelas EGF, sobre as condições das operações de financiamento aos BF, não dispõe de mecanismos que permitam conhecer, em cada momento, a dívida de cada BF (empréstimos e juros), em função da exigibilidade plurianual estabelecida contratualmente e de eventuais riscos de incobrabilidade.

Indicadores inadequados para a monitorização da execução dos apoios do IFRRU 2020 1.4. Os indicadores de realização e de resultado definidos pela EG não se revelaram adequados para monitorizar eficazmente a execução dos apoios do IFRRU 2020, nomeadamente quanto à eventual subavaliação das metas a atingir ou à inadequação dos indicadores estabelecidos.

2. Recomendações à EG do IFRRU 2020

Avaliar as necessidades de financiamento dos BF previamente à execução de transferências para as EGF **2.1.** Avaliar as necessidades de financiamento das EGF, procurando limitar as verbas na posse daquelas entidades às estritamente necessárias para cumprimento do previsto contratualmente com os BF.



Criar mecanismos para o apuramento, em cada momento, da dívida dos BF e de eventuais incobráveis **2.2.** Criar mecanismos que permitam deter informação, permanentemente atualizada, sobre a dívida de cada BF (empréstimos e juros), em função da exigibilidade plurianual estabelecida contratualmente, e de eventuais riscos de incobrabilidade.

Seguimento: a entidade auditada aceitou as recomendações formuladas e o prazo de execução para a sua implementação.

(Relatório n.º 104/2024, homologado, por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, em 10/01/2025)